

DiHálogos PODCAST

Sobre o
Direito Humano
à **Saúde** no Brasil

2026





Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) de Creative Commons. De acordo com os termos desta licença, esta obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que a nova obra seja publicada com a mesma licença Creative Commons, ou equivalente, e com a referência bibliográfica adequada.

Sistematização: Nara A. Peruzzo
Projeto gráfico e diagramação: Diego Ecker
Revisão: Tânia Mara Duda

Podcast DiHálogos

Roteiro e organização: Marcelo Araújo, Nara Aparecida Peruzzo e Valdevir Both

Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)
Rua Anibal Bilhar, 865, Vila Lucas Araújo
CEP: 99074-470 – Passo Fundo – RS
E-mail: ceap@ceap-rs.org.br
Site: www.ceap-rs.org.br

DiHálogos PODCAST

Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Episódio 2

Desafios da COP30 e o Direito Humano à Saúde

Episódio 3 (em breve)

Clima e saúde: impacto nos sistemas universais de saúde

Sobre o Fórum

O Fórum Direito Humano à Saúde (Fórum DH Saúde), reúne movimentos e entidades com caráter popular e mantém uma dinâmica e um processo organizativo *em rede*. É um espaço horizontalizado que se propõe fortalecer, formular e promover várias lutas e ações em defesa do Direito Humano à Saúde.

Este Fórum promove ações de elaboração e sistematização de conteúdos, ações formativas (seminários, cursos, rodas de conversas...) e articula ações de incidência nacional e internacional. É um espaço aberto à entidades e movimentos que quiserem se somar nesta luta.

Entidades que integram o Fórum DH Saúde

ANAIDS – Articulação de Luta Contra a Aids
ANP – Articulação Nacional das Pescadoras
ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
ArtGay – Articulação Brasileira de Gays
Articulação das Mulheres Pescadoras na Bahia
Ayomidé Yalondê – Coletivo de Mulheres Negras e LBT's
CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular
CMP – Central de Movimentos Populares
Coletivo Arewa
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CUT Brasil – Central Única dos Trabalhadores
FENAFAR – Federação Nacional dos Farmacêuticos
FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos
Fórum Ong Aids RS

LAILAI – Saúde da População Negra e Aids
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MNCP – Movimento Nacional Cidadãs Positivas
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNPR – Movimento Nacional População de Rua
Morhan – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
Movimento Kizomba
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede Jovem Rio+
Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares
UBM – União Brasileira de Mulheres
UNA – União Nacional LGBT
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade

Sobre o CEAP

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) é uma organização da sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativos, autônoma, comprometida com a construção de um projeto de sociedade democrático e popular para o Brasil, tendo a educação popular como elemento central da sua atuação. Fundado em 1987 e sediado em Passo Fundo/RS tem como missão a “defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos, fortalecendo os sujeitos sociais populares e seus processos a partir da Educação Popular”.

Sobre o relatório

Para o CEAP, a luta em defesa do SUS e da saúde como direito humano, exige uma permanente sistematização de informações e uma constante produção de conhecimento que contribua na sua ação e na dos parceiros.

Essa intencionalidade político-pedagógica se traduziu na elaboração, desde 2018, do *Relatório Anual de Direito Humano à Saúde no Brasil*. Construído com o Fórum DH Saúde, tem o objetivo de dar visibilidade às violações do direito humano à saúde e às iniciativas de ação e luta em prol da sua defesa e promoção. Portanto, ao mesmo tempo que denuncia, anuncia a importância da democracia, do controle social, da organização social popular e da luta pelo direito à saúde.

Sobre o podcast DiHálogos

O podcast DiHálogos é uma iniciativa do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e do Fórum DH Saúde, que tem como objetivo dar continuidade, agora em formato audiovisual, ao trabalho desenvolvido pelo Relatório DH Saúde.

Almejando realizar de três a cinco episódios anuais, o DiHálogos conta com a participação de integrantes do Fórum DH Saúde, propondo-se a denunciar as Violações ao Direito Humano em saúde e a dar visibilidade às ações e lutas pela sua defesa e promoção.

Em 2025, no marco da COP30, abordando o tema *Justiça Climática e Direito Humano à Saúde*, em três episódios, o videocast propõe-se a discutir as inter-relações entre meio ambiente, direito à saúde e democracia.

Além dos episódios neste formato, realizamos a produção deste subsídio textual com as principais questões debatidas, ampliando o diálogo com diferentes sujeitos, territórios e experiências que constroem a luta pelo Direito Humano à Saúde.





Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Convidados: Marcus Tadeu (MAB); Milene Weck (UBM) e Vanilson Torres (MNPR)

Apresentação: Ruan Wendel (Unegro)

Spotify

YouTube

Acesse o podcast
clicando nos ícones



Contextualização do tema do episódio

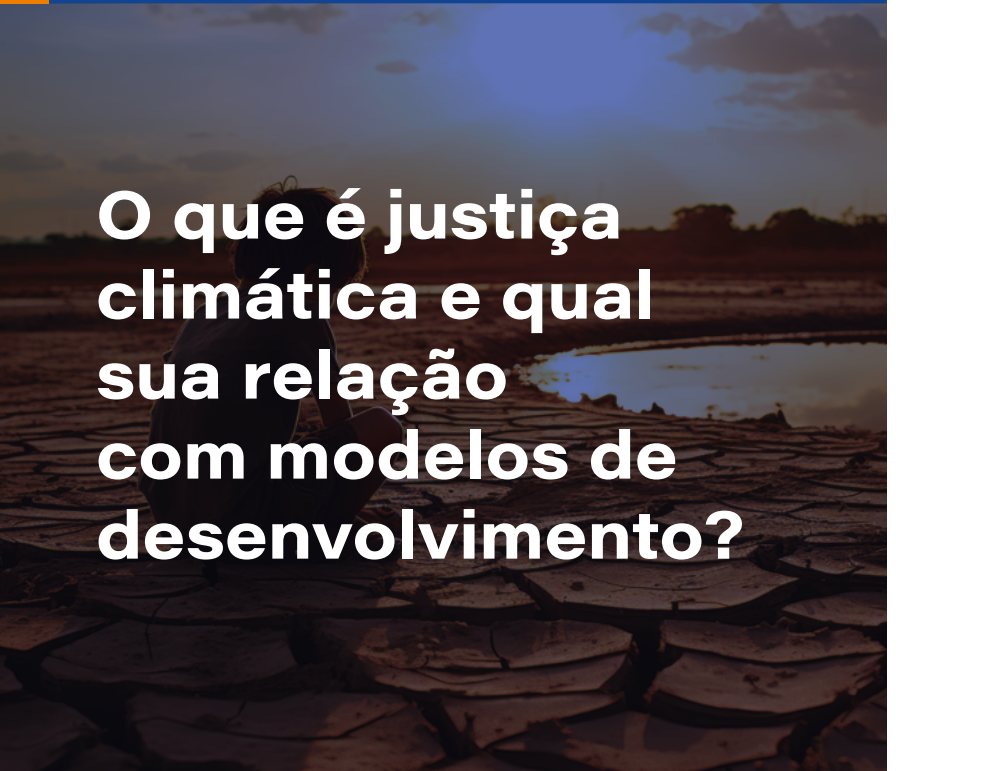
Quando falamos em injustiça climática, estamos afirmando que a crise climática não é apenas um problema ambiental ou científico, mas sim uma profunda crise social, ética e de direitos humanos e está diretamente relacionada a um modelo de desenvolvimento capitalista.

Ela não atinge todas e todos da mesma forma, ela tem cor, classe e gênero. Por exemplo, o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas* afirma que moradores de periferias morrem 15 vezes mais por eventos climáticos extremos; e dados da Onu/Mulher apontam que 80% das pessoas deslocadas por mudanças climáticas são mulheres. No rompimento da barragem de Brumadinho, a grande maioria das vítimas fatais eram pessoas negras.

De outro lado, um estudo da Oxfam, revelou que o 1% mais rico da população mundial emite mais do que o dobro de carbono dos 50% mais pobres. Estes dados evidenciam o tema do primeiro episódio: justiça climática e o direito humano à saúde.

DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e modelo de desenvolvimento

A person is sitting on a cracked, dry lake bed at sunset. The ground is parched and cracked into large, irregular polygons. In the background, a small pool of water reflects the orange and yellow light of the setting sun. The sky is a mix of blue and orange, with some clouds. The overall mood is somber and reflective, emphasizing the impact of climate change.

**O que é justiça
climática e qual
sua relação
com modelos de
desenvolvimento?**



Marcus Tadeu
(MAB)

A crise climática não é um castigo da natureza – é um projeto do capital que transforma destruição em lucro.

Para Marcus, o melhor termo a ser usado é “crise capitalista climática”, e não “tragédia” ou “catástrofe” climática. Segundo ele, essa distinção é importante, para não parecer algo “natural” da Terra, mas para explicitar o principal causador do problema, que é o capitalismo. A crise é, portanto, de ordem econômica, social e climática.

Qualquer saída, dentro do modelo capitalista, não é viável. É o caso das chamadas “soluções” do capital, como o crédito de carbono, uma mercantilização de ativos para gerar mais lucro e, paradoxalmente, garantir o direito de continuar a exploração. Outro exemplo, das tragédias anunciadas pelo capitalismo, é o da barragem de Mariana.

Ele também alerta para as falsas soluções tecnológicas, como carros elétricos e placas solares, que, ao criarem novas mercadorias e utilizarem materiais prejudiciais como o lítio, apenas transferem e aumentam a exploração. Assim como as big techs que gastam 21 bilhões de litros de água por ano, somente para refrigerar a máquina... Então de quem é o problema da falta de água?



Milene Weck
(UBM)

Não há justiça climática sem justiça de gênero, raça e classe – é o poder de poucos que adoce a maioria.

Milene enfatiza que a justiça climática é necessária para corrigir problemas causados por ações humanas, onde a economia e o financeiro se sobrepõem à sobrevivência da população.

Sua fala faz um recorte de gênero, afirmando que “justiça climática é justiça de gênero”. Nos informa que cerca de 380 milhões de mulheres vivem em regiões com escassez de água no mundo, e no Brasil, até 2050, 234 milhões poderão enfrentar fome severa.

Para Milene, as situações climáticas comprometem os direitos básicos das mulheres, afetando sua saúde mental e física, e a capacidade de obter renda.

Os problemas causados pelo uso inadequado dos recursos naturais não atingem quem obtém lucro (o grupo do capital), mas recaem sobre as populações mais vulneráveis, sendo as mulheres as mais afetadas dentro desses grupos.

A justiça climática deve focar e investir em populações específicas e mais atingidas, como mulheres indígenas, de periferia, quilombolas, em situação de rua e ribeirinhas.

Segundo Milene, não é possível tratar o clima sem tratar a questão ambiental, a saúde da população e os direitos básicos.



Vanilson Torres
(MNPR)

As mudanças climáticas são um genocídio anunciado contra os mais pobres. O sistema lucra enquanto o povo morre nas ruas.

Vanilson adota o termo “desgraças climáticas” ou “genocídio anunciado” para descrever a situação, considerando “mudanças climáticas” um termo muito leve para a complexidade do problema.

Chama a atenção para a importância da formação no tema e da importância da consciência ambiental; disse que a falta de ambas agrava a situação, tornando os pobres vítimas duplas: da miséria e da destruição ambiental.

Relata experiências da população em situação de ruas e relaciona com desigualdade, violações de direitos, miséria e injustiça ambiental.

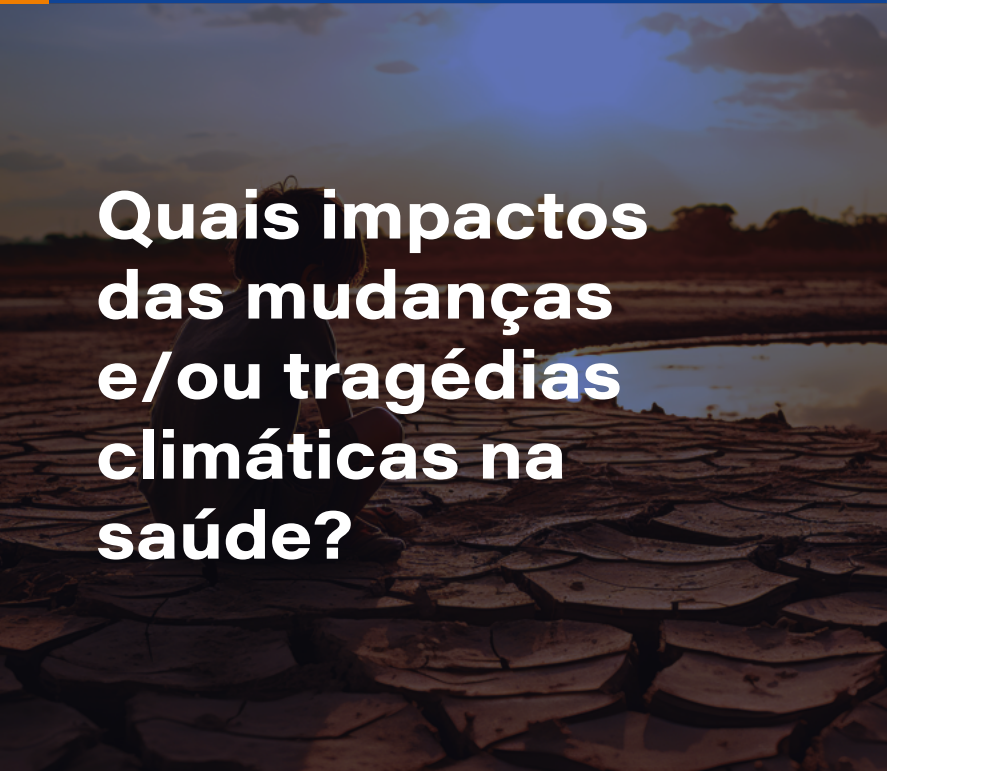
Ele critica a falta de um comprometimento mundial real, que não se limite à retórica, e aponta que a destruição do planeta é um processo de extermínio, enquanto alguns buscam “terrenos em Marte”.

A população em situação de rua, historicamente privada de direitos, inclusive de acesso à água potável, é a primeira a ser afetada pelas tragédias climáticas: enxurradas, ondas de calor extremo, frio intenso. É algo muito sério!

Critica o sistema global que protege os ricos enquanto os pobres são os mais atingidos pelas consequências ambientais.

DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e saúde

A photograph of a child sitting on a cracked, dry lake bed at sunset. The child is in the foreground, looking towards the horizon. The ground is cracked into large, irregular polygons. In the background, there is a small pool of water reflecting the sunset sky. The sky is a mix of orange, yellow, and blue. The overall mood is somber and contemplative, suggesting the impact of climate change.

**Quais impactos
das mudanças
e/ou tragédias
climáticas na
saúde?**



Milene Weck
(UBM)

Fortalecer a equidade no SUS é enfrentar a crise climática!

Milene nos diz que a saúde e a qualidade ambiental são indissociáveis. Ela detalha os impactos na saúde materna e reprodutiva e, principalmente, no acesso à rede de assistência à saúde, que fica prejudicado em situações de desastres como enchentes, queimadas, secas...

A crise climática impõe uma sobrecarga feminina, pois as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos doentes (em epidemias como dengue, zika e chicungunha) e sendo também as responsáveis por levar a família às unidades de saúde, o que afeta sua capacidade de trabalho e renda.

Milene reflete sobre como o SUS responde às tragédias climáticas e questiona se o sistema de saúde está preparado para enfrentar essas novas demandas.

Ressalta que o princípio da equidade do SUS deve guiar políticas públicas voltadas a quem mais sofre os impactos, e que as populações afetadas devem ser protagonistas na formulação dessas políticas.



Vanilson Torres
(MNPR)

*Enquanto o planeta aquece,
quem vive nas ruas morre de
frio, fome e abandono.*

Vanilson traz a perspectiva da população em situação de rua, relatando como ondas de calor, frio intenso e as enchentes impactam diretamente sua saúde e dignidade.

Ele menciona a falta de acesso a banho e higiene, especialmente para as mulheres, e a dificuldade de acesso ao SUS devido à falta de documentos e endereço, frequentemente perdidos em ações higienistas.

Vanilson também conecta a saúde à questão alimentar, criticando o consumo de agrotóxicos e a destruição de terras de plantio por empreendimentos como as eólicas.

Criticou a flexibilização de leis ambientais que levam a tragédias, como as enchentes no Rio Grande do Sul, e alertou que o sistema público de saúde ainda não acolhe adequadamente quem mais precisa. Em suas palavras, “as desgraças climáticas matam”.

Ele questiona se o SUS está preparado para enfrentar as “desgraças climáticas” e reitera que a saúde está ligada a um sistema amplo que inclui saneamento, transporte e a qualidade dos alimentos.



Marcus Tadeu
(MAB)

*Quem destrói a terra,
envenena a comida e seca
os rios é o mesmo que
enfraquece o SUS e
adoece o povo.*

Marcus Tadeu aponta que o problema é estrutural. Destaca que a exploração capitalista afeta a saúde ao contaminar a comida, a água e os rios com agrotóxicos e lixo industrial.

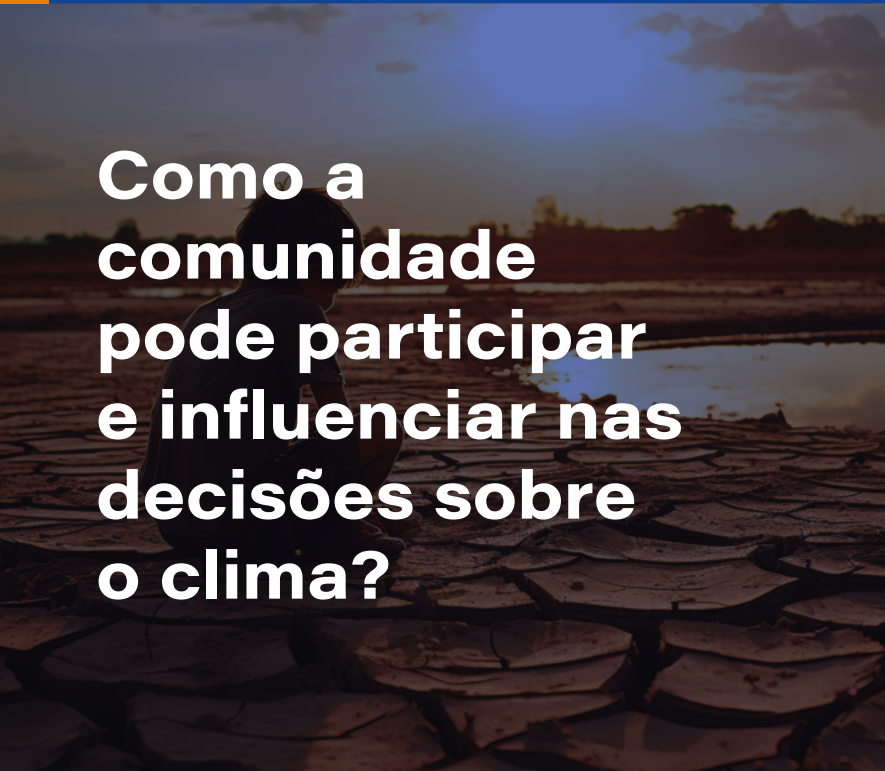
Para ele grandes empresas, o agronegócio e as Big Techs são os maiores poluidores e consumidores de água e, ao mesmo tempo, se beneficiam de isenções fiscais que enfraquecem o SUS e outros serviços públicos.

A falta de regulação e de fiscalização gera novas ondas de “atingidos climáticos”, revelando que a injustiça ambiental é também uma injustiça social e sanitária.



DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e participação social



Como a comunidade pode participar e influenciar nas decisões sobre o clima?



Marcus Tadeu
(MAB)

*Sem o povo, não há justiça
climática, nem saúde,
nem futuro.*

Para Zeca, a participação social é central e é a ordem do dia, sendo fundamental trazer as populações marginalizadas para o centro da discussão.

Zeca lamenta que a COP30 em Belém do Pará deva ser um espaço dominado por chefes de estado, sem a presença do povo; por isso ressalta a importância da Cúpula dos Povos como um espaço de debate.

A participação popular é vista como um meio de fortalecer o SUS e garantir que as necessidades das populações vulneráveis sejam consideradas.

O Fórum DH e as organizações sociais têm o papel de levar um debate qualificado para a COP30, atuando na linha de frente para propor soluções que não sejam as do capital.



Vanilson Torres
(MNPR)

Não basta esperar o grito do povo, é preciso garantir condições reais de participação, pois o capitalismo não quer a voz de quem ele adocece.

Vanilson argumenta que a participação social exige que as organizações “vão até o povo”, e não apenas esperem que ele venha ao debate.

Ele destaca que o conhecimento é essencial para que o povo possa se defender e buscar soluções. A falta de condições reais para a participação, como o custo do transporte para a periferia, é um obstáculo imposto pelo sistema.

Segundo Vanilson, o MNPR está organizando a participação na Cúpula dos Povos, levando propostas específicas da população em situação de rua.

Para ele, a COP30 deve ser também a voz das ruas, das periferias e da população em situação de rua.



Milene Weck
(UBM)

A Amazônia não é cenário: é protagonista da luta pela vida no planeta.

Milene reforça que as vozes das populações afetadas precisam chegar "aonde as decisões ocorrem".

Ela vê a COP30 como um momento estratégico, especialmente por ocorrer na Amazônia, e defende que o Brasil, como anfitrião, deve garantir o protagonismo dos povos da Amazônia.

A conferência é considerada decisiva, e precisa resultar em compromissos reais de proteção da floresta, redução de emissões e investimento em saúde e justiça social.

Milene conclui que os movimentos sociais devem estar organizados para pressionar governantes e gestores, pois a sobrevivência é coletiva, e a saúde é um bem que depende da ação conjunta.





Episódio 2

Desafios da COP30 e o Direito Humano à Saúde

Convidados: Bartiria Lima da Costa (CONAM);
Elisety Veiga Maia (MNDH); Alexandra Rodrigues
de Lima (MST)

Apresentação: Elenilson Silva de Souza (Mohran)

Spotify

YouTube

Acesse o podcast
clikando nos ícones



Contextualização do tema do episódio

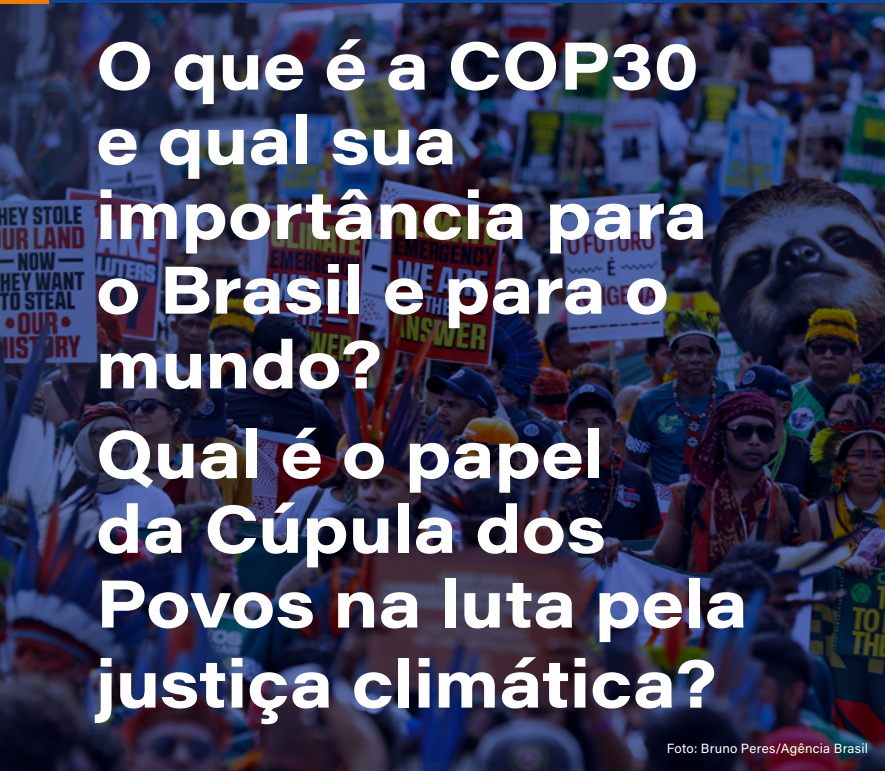
Neste segundo episódio, buscamos refletir e analisar a realização da COP30 em Belém, olhando para os debates e resultados e também dialogando com as demandas e reivindicações da Cúpula dos Povos, um espaço que reuniu movimentos sociais, entidades, pesquisadores e lideranças mundiais que atuam neste tema. Também queremos discutir os próximos passos para a implementação dos acordos e a luta por justiça climática e justiça social.

O debate evidencia como as mudanças climáticas e a destruição ambiental afetam diretamente a saúde e o bem-estar das populações vulneráveis, levantando questionamentos fundamentais sobre a complexa relação entre justiça climática, direitos humanos e os impactos das mudanças ambientais no dia a dia da população.

Diante disso, destaca-se a urgência de proteger os territórios, garantir moradia digna, realizar a reforma agrária e fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento das crises socioambientais.

DISCUTINDO SOBRE

COP30 na Amazônia e a importância da Cúpula dos Povos



O que é a COP30 e qual sua importância para o Brasil e para o mundo?

Qual é o papel da Cúpula dos Povos na luta pela justiça climática?

Foto: Bruno Peres/Agência Brasil



Elisety Veiga Maia
(MNDH)

A COP30 não pode se limitar à reparação; a Cúpula dos Povos resgata nossa voz por proteção, prevenção e transição energética livre do grande capital.

Elisety define a COP30 como um momento importante para mostrar ao mundo a resistência dos povos da Amazônia.

Descreve a COP30 como parte de um processo histórico, mediado pela ONU, em que governos de diferentes países se reúnem para discutir a crise climática global.

Aponta que a necessidade dessas discussões remonta aos impactos ambientais acumulados desde a Revolução Industrial.

Em diálogo com a fala da participante Alecxandra, especialmente na denúncia das ações destrutivas do grande capital e do agro-negócio, reafirma sua posição de que a solução não pode se limitar apenas à reparação.

Detalha as dificuldades presentes nas negociações oficiais, como a resistência global em incluir o termo “direitos humanos” nos documentos e a permanência da dependência de combustíveis fósseis. Critica a hipocrisia de governos submissos ao grande capital, relata a pressão exercida pelo agronegócio e defende uma transição energética justa, centrada na prevenção e na proteção dos territórios.

Destaca que a Cúpula reuniu uma grande diversidade de sujeitos, articulando vozes de crianças, povos originários, mulheres, pessoas LGBTQUIA+ e outros sujeitos coletivos em luta.

Menciona a magnitude do evento – cerca de 43 mil pessoas no total e 60 países representados – como expressão de força e pressão política. Enfatiza que a realização da Cúpula no Brasil resgatou a participação popular, que havia sido cerceada nas três edições anteriores da COP.

Ressalta a importância da Barqueata, momento em que muitos movimentos se reuniram, navegando sobre as águas da Amazônia.

Reafirma, por fim, a importância da Carta construída no espaço da Cúpula, pois ela afirma uma transição energética justa e inclusiva e defende uma concepção de justiça climática vinculada aos direitos territoriais, que não se limita à reparação, mas inclui prevenção e proteção.





Alessandra R. de
Lima (MST)

É incoerente ver os maiores responsáveis pela destruição ambiental liderarem o debate; a Cúpula dos Povos é o grito dos territórios por respostas.

Alessandra pontua que a conferência gerou grande expectativa na população brasileira, especialmente entre as populações da Amazônia, por projetar no cenário global um debate que já vinha sendo realizado há muito tempo por organizações populares.

Relata que a principal expectativa era de que a COP30 se constituísse como um espaço de debate profundo e que resultasse em propostas concretas de enfrentamento aos desafios climáticos vividos por essas populações.

Menciona que, com o início da COP, emerge um questionamento central: a conferência de fato discutiu a necessidade que a população tem de avançar em relação a esse tema?

Diferencia a COP como um espaço composto por representantes de países, enquanto a Cúpula dos Povos é uma construção da sociedade, dos movimentos, das entidades e das lideranças populares.

Para ela, a Cúpula dos Povos é construída a partir do "grito" da população e dos territórios. A Cúpula serve para trazer as realidades locais e oferecer respostas concretas ao sofrimento das populações.

Aponta a Cúpula dos Povos como um espaço essencial de denúncia contra o agronegócio e questiona a presença do grande capital na COP30. Critica a incoerência de ver os causadores da destruição ambiental liderando o debate sobre o clima e deles exige respostas concretas.



Bartiria Lima da
Costa (CONAM)

Não existe justiça climática sem justiça social: não podemos exigir resiliência de quem não tem moradia segura e sofre sem uma rede estrutural de cuidado.

Bartiria ressalta a importância estratégica de realizar o evento no Pará, evidenciando como a floresta Amazônica e a sua natureza sofrem diretamente com os impactos climáticos.

Pontua que embora as nações reconheçam a Amazônia como o pulmão do planeta, ainda falta a compreensão prática sobre a urgência de investir financeiramente no combate ao aquecimento global e de promover a justiça climática.

Reflete sobre a importância da justiça climática e que não é possível falar sobre a mesma, sem falar de justiça social.

Lembra que os desastres e fenômenos extremos recentes, como os vivenciados no Rio Grande do Sul, no Paraná e em outros países, são a prova de que a população precisa de uma forte rede de cuidado e proteção estrutural para conseguir sobreviver e suportar essas mudanças.

Afirma que é inadmissível permitir que as pessoas continuem em moradias inseguras ou que enfrentem calamidades sem um sistema de saúde capaz de garantir proteção às famílias mais vulneráveis.

Explica que a COP reúne governos e estes negociam acordos (muitas vezes sem atender aos interesses do povo), a Cúpula dos Povos é do povo. Diferente da COP, este espaço busca a convergência.

Informa que a Cúpula entregou uma carta com propostas discutidas pelo povo aos líderes que estavam na COP30.

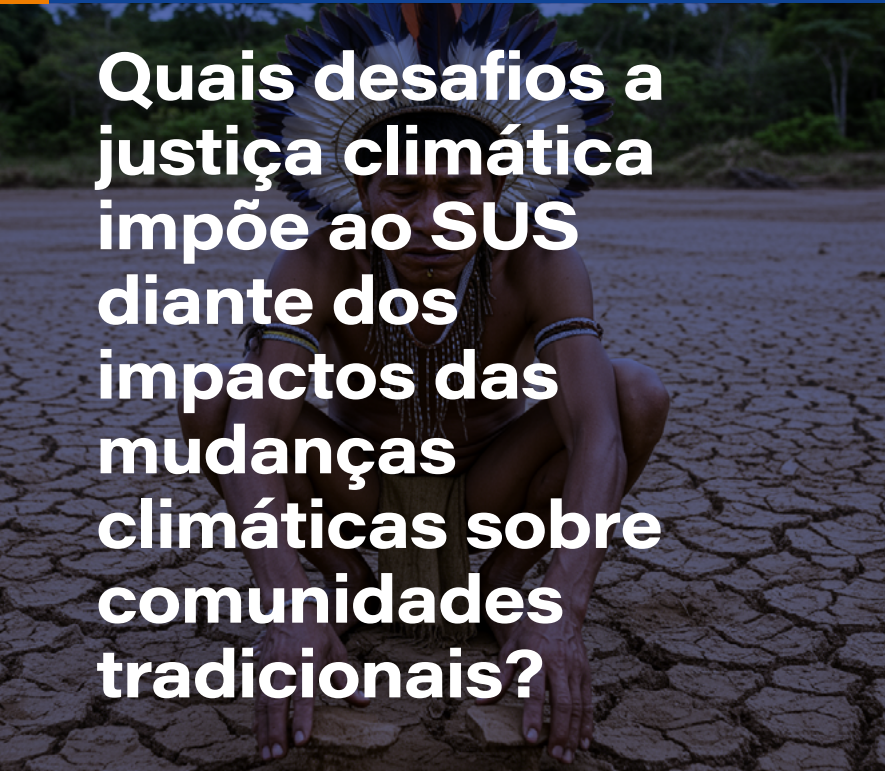
Destaca a importância da Marcha pelo Clima, que reuniu 70 mil pessoas.

Relembra a importância da Eco92, ocorrido no Rio de Janeiro.



DISCUTINDO SOBRE

COP30, Saúde e Justiça Climática



Quais desafios a justiça climática impõe ao SUS diante dos impactos das mudanças climáticas sobre comunidades tradicionais?



Alexsandra R. de
Lima (MST)

As populações mais punidas pelo clima são as que menos acessam a saúde. Sem esse cuidado, o risco de mortalidade em massa só aumenta.

Alexsandra ressalta que o SUS é desafiado a atender uma população que adoece cada vez mais devido aos impactos ambientais diretos, como as queimadas, o envenenamento da água e a perda de territórios (afetando tanto o campo quanto a cidade).

Pontua que o SUS precisa dar conta tanto de processos epidêmicos como pandêmicos, como por exemplo o câncer.

Reconhece que embora o sistema de saúde brasileiro seja grande, um de seus maiores e mais preocupantes desafios é que as populações impactadas pelas mudanças climáticas ainda possuem dificuldades de acesso. Sem o atendimento de qualidade, o risco de mortalidade em massa aumenta.

Defende que o sistema de saúde precisa ser fortalecido para atender a essas novas demandas ambientais e sociais.



Bartiria Lima da
Costa (CONAM)

Precisamos de uma vigilância em saúde preparada para os desastres, capaz de proteger a vida e a saúde mental das nossas populações vulneráveis.

Bartiria defende a implementação de metodologias que vinculem dados ambientais, meteorológicos, sociais, climáticos e de saúde à vigilância em saúde. Afim de que tenhamos sistemas de vigilância mais preparados e eficazes para os cenários atuais.

Ressalta o impacto dos desastres climáticos (como o ocorrido no Rio Grande do Sul) na saúde mental e na vulnerabilidade de mulheres e crianças.





Elisety Veiga Maia
(MNDH)

A defesa ambiental é sobrevivência. Sem saneamento, nossas crianças adoecem, e o SUS precisa estar no centro dessa negociação global.

Elisety reafirma que o SUS só existe devido à mobilização social.

Para ela a criação de um plano de saúde na COP é vista como um “marco regulatório” importante, funcionando como um ponto de partida para negociações.

Sugere que embora o documento possa não estar perfeitamente alinhado ao SUS, ele abre um “leque” para negociações com os governos durante a COP30.

Chama a atenção para a necessidade de um estudo aprofundado do documento.

Reforça que a ausência de saneamento básico e água potável afeta diretamente a saúde das comunidade e das crianças, tornando a defesa ambiental uma questão de sobrevivência.

DISCUTINDO SOBRE

E a luta continua...

**Qual a agenda
de luta para a
participação social?**

**O que os
movimentos sociais,
as entidades
populares e as
nossas lideranças
podem fazer?**



Foto: Bruno Peres/Agência Brasil



Alessandra R. de
Lima (MST)

Nossa luta pela justiça climática esbarra em um Congresso alinhado ao agronegócio; a resposta do povo precisa ser dada com força nas ruas e nas urnas.

Alessandra expressa preocupação com o Congresso Nacional, que derrubou vetos presidenciais logo após a COP, demonstrando alinhamento com o agronegócio e o capital.

Convoca a sociedade a continuar nas ruas e a usar o voto nas eleições para mudar a composição do Congresso.



Bartiria Lima da
Costa (CONAM)

A Declaração da Cúpula dos Povos é nossa bússola de luta: o próximo ano eleitoral será decisivo para eleger quem tem compromisso com a democracia e com o povo.

Bartiria manifesta repúdio aos deputados que votaram contra as propostas climáticas e sociais. Propõe a continuidade da mobilização internacional e o uso da "Declaração da Cúpula dos Povos" como ferramenta de luta. Reforça a importância do próximo ano eleitoral para eleger representantes comprometidos com a democracia e o povo.



Elisety Veiga Maia
(MNDH)

Defender quem defende os direitos humanos e os nossos territórios é urgente: seu voto não tem preço, ele é a arma para garantir a sobrevivência do SUS.

Enfatiza a resistência e a proteção aos defensores de direitos humanos que são criminalizados.

Faz um apelo direto ao eleitor para que não venda seu voto e escolha candidatos que defendam o SUS e os direitos territoriais.



Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Episódio 2

Desafios da COP30 e o Direito Humano à Saúde

Episódio 3 (em breve)

Clima e saúde: impacto nos sistemas universais de saúde

Spotify

YouTube



Acesse o podcast
clikando nos ícones



Acesse o podcast
escaneando o QR code

